

Ministro da Educação em Coimbra

PARLAMENTO DEVE DEBATER UNIVERSIDADES PRIVADAS

O ministro da Educação, João de Deus Pinheiro, disse em Coimbra, que «é desejável discutir a criação de universidades privadas com a Assembleia da República». Falando num colóquio subordinado ao tema das universidades públicas e privadas, o titular da pasta da Educação manifestou a intenção de levar a questão à discussão no Parlamento, sublinhando: «é preciso que se saiba o que cada pessoa, cada partido, pensa sobre o problema».

Para João de Deus Pinheiro, os critérios que presidiram à criação das universidades privadas existentes «poderão ter sido simplistas, mas - afirmou - não foram inferiores, em termos de rigor, aos que existem para as universidades públicas».

Frisou a propósito que os «numerus clausus» estabelecidos para as universidades privadas tiveram em conta o número de professores doutorados que estas dispõem, as instalações e «outras condições determinantes para a qualidade do ensino».

Na sua opinião, o Estado «não está a gastar pouco dinheiro com a educação» e salientou que «é necessário desmascarar os falsos profetas que pedem mais dinheiro para a educação porque estão a exigir endividamentos que não serão eles a pagar mas sim os jovens».

Adiantou que as verbas para a educação são aferidas em função do Produto Interno Bruto (PIB), o que deu para 1987 cerca de 4,7 por cento, mas, disse, «os gastos reais com a educação são superi-

ores». João de Deus Pinheiro salientou a propósito as verbas dispendidas pelas autarquias e pelo ensino privado, o que corresponderá a uma percentagem de quase sete por cento.

«O Estado não tem capacidade financeira para conseguir uma resposta mais rápida a essa procura», sublinhou.

O ministro da Educação observou ainda que foram os «numerus clausus» que impediram a necessidade de recorrer ao ensino privado «e não qualquer determinante de carácter político ou ideológico».

Adiantou que o ensino público «não tem capacidade para dar resposta à actual procura e que deve determinar-se rapidamente se o ensino superior deve funcionar em função das necessidades de mão-de-obra ou da procura».

«Universidade não pode ter numerus clausus»

Para o dirigente social-democrata e docente da Facul-

dade de Direito de Coimbra, Barbosa de Melo, que também participou no colóquio, «na globalidade, o sistema universitário não pode ter numerus clausus».

Segundo Barbosa de Melo, «há um direito legítimo de ensinar e de aprender» e o Estado «não pode instituir reservas de acesso nos ramos da ciência e da cultura».

Todavia, defendeu que este ponto de vista tem de ser enquadrado num sistema «em que seja arredada a ideia de que um título universitário é só por si suficiente para se ter acesso a uma carreira profissional».

Nessa óptica, referiu que «o Estado português não tem ainda ideias organizadas sobre o que deve ser uma política de universidades, pois não existem regras de jogo claras quanto ao seu modo de funcionamento».

Sobre o ensino superior privado, tema base do debate, aquele docente universitário, que também é conselheiro de Estado, considerou que «a legitimidade das universidades privadas decorre de um direito fundamental que é de todos».

Contudo, salientou a necessidade do Estado definir «um conjunto de requisitos mínimos» para o seu funcionamento e frisou que «uma instituição que não dá garantias de que vai formar docentes universitários não deve ter licença para o exercício das funções de ensino».

Por seu turno, Franco No-

gueira, ex-ministro de Salazar, que se encontra ligado ao ensino superior privado, disse que «as universidades privadas não podem apresentar ainda um corpo docente que se equipare às universidades públicas, porque ainda são jovens e de criação recente».

Para Franco Nogueira, «um mestre universitário pertence a uma elite» e «numa sociedade bem organizada o próprio Estado deve promover a circulação de elites, porque isso é fundamental para o progresso dessa mesma sociedade».

Quanto ao papel das universidades privadas e ao tipo de cursos que deveriam ministrar, Franco Nogueira considerou que as universidades públicas «não têm o direito de reservar para si os cursos considerados baratos, até porque - sublinhou - estão sentadas à mesa do Orçamento Geral do Estado».

A concluir, defendeu o «silenciamento das rivalidades» entre os dois tipos de instituições e considerou que a única rivalidade a manter-se deve ser a da «competência».

Universidade aberta ainda este ano

Entretanto, falando aos jornalistas momentos antes do debate, João de Deus Pinheiro anunciou que a Universidade Aberta deverá começar a funcionar ainda durante este ano.

Segundo o titular da pasta da Educação, a Universidade

Aberta destina-se fundamentalmente a pessoas que têm já uma ocupação profissional e que não dispõem de tempo para frequentar um curso universitário.

Salientou que o ensino será ministrado essencialmente em casa dos estudantes, através de métodos audiovisuais, e sublinhou que o seu arranque poderá acontecer no próximo mês de Outubro, se até lá estiver salvaguardada a qualidade do ensino e da estrutura que a suportará.

João de Deus Pinheiro abordou ainda a questão do encerramento de vários postos de Telescola no final do ano de 1986.

Segundo referiu, a situação «não tem nada de anormal», pois insere-se numa política de progressiva substituição da Telescola pelo ensino directo.

O titular da pasta da Educação salientou que o ensino directo «tem mais qualidade do que a Telescola» e que «os postos têm vindo a ser encerrados à medida que as escolas vão estando aptas para receber os alunos».

Frisou, a propósito, o esforço do Ministério da Educação em construir novas escolas que, segundo disse, foram 107 em 1986 e serão 75 em 1987, bem como em reparar o parque escolar existente.

Adiantou, a propósito, que o esforço efectuado nestes últimos dois anos corresponde a uma duplicação de esforços relativamente à década de 70.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Ensino Particular